Submetido à apreciação o ponto 7.º da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

Propõe-se à assembleia que relativamente aos administradores agora eleitos se caucione o exercício das respectivas funções, no montante de 5000 euros, por meio de contrato de seguro a favor da sociedade.

No âmbito do ponto 8.º da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 6.º (comissão de remunerações) do contrato de sociedade do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., propõe-se que seja designado o BCP Investment, B.V., que indicará quem o represente.

Esgotada a ordem de trabalhos o presidente, após ter agradecido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, dela tendo sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos presidente da mesa e secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Miguel António Monteiro Galvão Teles,* presidente — *Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues,* secretária. 2004255218

BANCO ACTIVOBANK (PORTUGAL), S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Identificação de pessoa colectiva n.º 500734305; data da apresentação: 19 de Março de 2003.

Angelina Maria Bernardes da Luz Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais, da sociedade em epígrafe, do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 17 de Junho de 2005. — A Escriturária Superior, *Angelina Maria Bernardes da Luz Santos*.

Relatório e contas de 2002

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Miguel António Galvão Teles, presidente.
Manuel F. de Meireles, secretário.

Conselho de administração:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente.
Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.
Alexandre Alberto Bastos Gomes.
José Guilherme Potier Pulido Valente.

Fiscal único:

Ferreira, Pereira & Associados — SROC, S. A., representada pelo Dr. Vítor Ribeirinho, revisor oficial de contas efectivo.
Ana Cristina Dourado, revisor oficial de contas suplente.

Secretário da sociedade:

Amélia da Purificação M. Carvalho Branco Rodrigues, efectivo.
Luís Martinho Osório da Gama e Castro, suplente.

Relatório de gestão

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração do Banco ActivoBank7 (Portugal), S. A., apresentar o relatório e contas relativos ao exercício de 2002.

1 — Enquadramento macroeconómico

O ano de 2002 apresentou do ponto de vista macroeconómico indicadores que reflectiram a continuação do período menos favorável num ciclo iniciado em 2000. Nos mercados de capitais a incerteza e os elevados níveis de volatilidade foram permanentes, a generalidade dos índices bolsistas apresentaram evolução negativa e as taxas de juro desceram para valores extremamente baixos, em termos históricos.

Em Portugal, o ano foi dominado pelas eleições legislativas e pelas medidas entretanto tomadas no sentido de controlar o défice das contas públicas, no cumprimento dos critérios de convergência. Estas medidas, de forte contenção das despesas públicas, foram tomadas num ano em que a conjuntura económica foi marcada pela continuação da tendência de desaceleração da actividade, pelo abrandamento do consumo privado, pela contracção expressiva do investimento e pelo menor dinamismo das exportações. O contributo da procura interna para a variação do PIB terá sido negativo, pela primeira vez desde 1993, devendo-se o contributo positivo da procura externa à contracção das importações, já que o enquadramento internacional não favoreceu a recuperação das exportações. Este perfil de crescimento continuou a contribuir para a correcção do desequilíbrio externo e para a redução das pressões inflacionistas.

Em 2002, a taxa média de inflação situou-se em 3,6% em 2002 face a 4,4% em 2001, registando, no entanto, uma aceleração, em termos homólogos, a partir de Maio, em parte devido à subida da taxa do IVA em 2 p. p. A taxa de desemprego situou-se em 5,1% no 3.º trimestre de 2002, o que compara com 4,1% em 2001, reflectindo quer um menor crescimento do emprego, quer um aumento considerável do número de desempregados.

Apesar das medidas de contenção tomadas, o défice do subsector Estado nos primeiros 11 meses de 2002 situou-se em 7283 milhões de euros, com um desvio significativo face aos valores orçamentados. Neste sentido, reiterando o objectivo de 2,8% para o défice do SPA de 2002, o Governo adoptou nos últimos meses de 2002 um conjunto de medidas com vista à obtenção de receitas extraordinárias as quais terão produzido os resultados esperados.

O crédito interno total registou um crescimento homólogo de 6,2% em Outubro de 2002 (11,8% em Dezembro de 2001; 6,6% em Junho de 2002), reflectindo a tendência de desaceleração do crédito concedido a empresas (para 5,2%) e a estabilização das taxas de crescimento do crédito a particulares (cerca de 10%), num ano em que as taxas de juro do sector bancário permaneceram relativamente estáveis. As perspectivas de adiamento das decisões de investimento e de consumo de bens duradouros deverão contribuir para a continuação do abrandamento do crédito interno.

Em termos internacionais, a estabilização da economia norte-americana, suportada pelo consumo privado e pelo investimento, a estagnação da actividade na área do euro, a contracção da economia japonesa e a persistência de instabilidade na América Latina, denotam a evolução desfavorável da envolvente macroeconómica internacional em 2002.

A deterioração das condições financeiras a nível global reflectiu-se nas fortes quedas dos mercados accionistas em 2002, no aumento dos *equity premiums* e na persistência da elevada volatilidade nos mercados financeiros. Para estes factores, contribuíram ainda as dúvidas quanto à fiabilidade e transparência das demonstrações financeiras, a correcção do excesso de investimento em anos anteriores, o aumento dos níveis de desemprego e das tensões político-militares, terão sido os factores determinantes para o adiamento da recuperação económica mundial.

Relativamente às taxas de juro, as *yields* de longo prazo nos EUA e na Europa desceram expressivamente até ao início do 4.º trimestre de 2002, momento a partir do qual registaram uma inflexão ascendente dadas as perspectivas de consolidação da retoma em 2003 e 2004, o aumento da instabilidade político-militar e a recuperação dos mercados accionistas. Ao contrário, no Japão, a evolução destas taxas afastou-se da tendência registada nos EUA e na Europa no 4.º trimestre, dados os receios relacionados com o impacto do crédito vencido do sistema financeiro e os movimentos de procura de segurança relacionados com a forte queda do mercado accionista nipónico. As taxas de juro de curto prazo do euro mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano, verificando-se uma ligeira tendência de redução no final do ano, em linha com o corte da taxa de referência do Banco Central Europeu de 3,25% para 2,75%.

Por todos os factos acima referenciados, os principais índices bolsistas registaram descidas acentuadas em 2002, apesar da evolução

positiva verificada no 4.º trimestre do ano (8,3% no EuroStoxx50 e 14,1% no PSI-20, por exemplo). Em termos anuais, o EuroStoxx50 registou uma quebra de 37,3% e o índice PSI-20 sofreu uma desvalorização de 25,6%. Os programas de reestruturação empresarial, as fortes correcções ocorridas nos últimos dois anos, o aperfeiçoamento das regras de supervisão, uma diminuição do prémios de risco das acções, bem como políticas monetárias mais expansivas nas principais economias industriais poderão influenciar positivamente os mercados accionistas no próximo ano.

A persistência dos riscos que se manifestaram em 2002 — tensões político-militares, evolução dos países emergentes, desequilíbrios macroeconómicos em países desenvolvidos, efeito negativo de riqueza associado à queda das bolsas e os níveis de confiança dos agentes — suscitam dúvidas quanto à robustez e sustentabilidade da recuperação da economia mundial em 2003. Contudo, a maior capacidade do tecido empresarial para absorver os choques recessivos, a moderação das pressões inflacionistas e a manutenção de políticas monetárias suportam as expectativas de recuperação do PIB em 2003.

2 — **Actividade do ActivoBank7**

Em 2002, primeiro exercício completo após o sua fundação em Maio de 2001, o ActivoBank7 manteve a opção estratégica que presidiu ao seu lançamento, dirigindo-se com especial ênfase ao segmento de clientes particulares de maior rendimento e património, alargando a sua gama de produtos, incrementando os serviços de aconselhamento, inovando no serviço e nas funcionalidades que coloca à sua disposição nos diversos canais de distribuição e optimizando todas as operações com ganhos de eficiência que beneficiam os clientes e reduzem custos operativos.

A actividade do ActivoBank7 foi efectivamente reconhecida pelo mercado, pelos clientes e pela generalidade da comunidade financeira nacional. Neste sentido, realçando-se o crescimento do volume de património financeiro de clientes que atingiu perto de 300 milhões de euros, pode referir-se que o ActivoBank7 se posicionou como a referência da banca directa na área de gestão de activos *on-line* em Portugal, como líder destacado nas transacções de bolsa *on-line*, como maior distribuidor de fundos de investimento estrangeiros (OICVM) via Internet e, naturalmente, como vencedor do prestigiado prémio JetNet atribuído ao melhor *site* financeiro do país — www.ActivoBank7.com.

Apesar da envolvente macroeconómica e de mercados menos favorável, verificou-se a intensificação da concorrência no mercado da banca *on-line,* com um espaço de actuação que se exige cada vez mais especializado e diferenciador. Os bancos tradicionais concentraram esforços no incentivo à utilização do canal Internet e os concorrentes directos promoveram campanhas publicitárias agressivas, adoptaram um *pricing* mais competitivo e investiram na expansão de canais de distribuição alternativos, designadamente com a criação de redes nacionais de prospectores/consultores autónomos.

O ActivoBank7 soube responder de forma pró-activa aos desafios do mercado e terminar o exercício com resultados que ultrapassam as exigências do *business plan* e permitem perspectivar a antecipação das metas de longo prazo que orientam a sua actividade.

2.1 — **Serviço de bolsa**

Relativamente à recepção de ordens de bolsa, o ActivoBank7 liderou segmento no mercado nacional, com uma quota de mercado de volume de ordens recebidas próxima dos 30%, segundo os elementos divulgados pela CMVM.

Quotas de mercado — recepções de ordens de bolsa da Internet

Valores acumulados de 2002

	Percentagem
ActivoBank7	29,4
Bigonline	16,6
BCP	10,4
Banco Best	8,4
Banco BPI	8,3
BES	6,7
BPI	5,6

Fonte. — CMVM.

Para esta posição de mercado concorreram, não só as campanhas para tal direccionadas e o excelente trabalho desenvolvido pelos colaboradores das diversas áreas do ActivoBank7, como também as excelentes ferramentas que são disponibilizadas na Internet, permitindo a todos os clientes o acompanhamento em tempo real das cotações de bolsa e a emissão de ordens no momento pretendido. A eficácia do dispositivo operacional, fundamental neste mercado, foi igualmente factor de preferência e fidelidade deste segmento de clientes, extremamente exigentes.

Relativamente aos mercados de destino das ordens de bolsa recebidas, realçamos a progressiva alteração que se verifica nos clientes do ActivoBank7 que, gradualmente, vão dirigindo um maior número de ordens para os mercados internacionais, designadamente da União Europeia e dos Estados Unidos da América. Trata-se de um desafio que exige a permanente adaptação das diversas operativas a estas novas necessidades e às suas exigências específicas em termos de preço, informação disponível e capacidades técnicas.

Como antes se referiu, atendendo à importância da Internet no conjunto de actividades do ActiviBank7, importa enunciar os diversos desenvolvimentos efectuados neste domínio tendo em vista a melhoria constante da proposta de valor deste canal, de que se destaca:

Activo*Stream* — toda a informação de bolsa num só ecrã actualizado em tempo real;

My-Activo — ferramenta de personalização que permite aos clientes criar páginas específicas no *site*;

Quicktrade — colocação de ordens através de um processo muito rápido e intuitivo para os clientes;

Warrants — em parceria com o CommerzBank integrou-se no *site* um conjunto de ferramentas necessárias para apoiar a negociação neste tipo de activos (pesquisa simples, avançada, calculadora e gráficos) assim como um documento diário de síntese da actividade dos *warrants*.

Para os investidores em bolsa, estas ferramentas revolucionaram o acesso às cotações do mercado nacional, pois permitiram, de uma forma dinâmica e actualização permanente, acompanhar a *performance* dos títulos da Euronext Lisboa, a evolução principais índices internacionais e as últimas notícias e comentários dos mercados financeiros. Com estes desenvolvimentos o ActivoBank7 colocou-se à frente da concorrência neste domínio e no serviço a este segmento de clientes.

2.2 — **Fundos de investimento**

O alargamento da gama de produtos e a necessidade de dispor dos melhores instrumentos de investimento para os nossos clientes, levou o ActiuvoBank7 a celebrar um conjunto alargado de acordos de distribuição de fundos de investimento dos melhores especialistas mundiais de gestão de activos

O número de fundos de investimento disponíveis para os clientes do ActivoBank7 passou, assim, de 154 no final de 2001 para 468 no final de 2002, distribuídos por 14 sociedades gestoras originárias de Portugal, de outros países europeus e dos Estados Unidos da América.

Tal como se referiu no segmento de corretagem, também nos de fundos de investimento se assiste a uma tendência clara no sentido do alargamento dos investimentos de particulares a mercados estrangeiros. Segundo dados publicados pela CMVM, o volume destes produtos colocados no nosso país aumentou mais de 15% em 2002, passando de 189 milhões de euros, em 2001, para cerca de 220 milhões de euros, neste último ano. O ActivoBank7 aproveitou de forma determinante esta oportunidade de negócio, sendo, não só o banco de origem nacional com maior quota de mercado na distribuição de organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) internacionais, como o líder na sua distribuição através da Internet, com uma quota de mercado próxima dos 50%.

Sociedade gestora cujos fundos são distribuídos pelo ActivoBank7:

BNP Paribas.
Crédit Suisse.
UBS.
Société Générale.
Merrill Lynch.
Morgan Stanley.
DWS Investment.
Schroeder.
Franklin Templeton.
AF Investimentos.
Invesco GT.
ESAF.
CaixaGest.
BVA Gest.

Neste segmento são igualmente de realçar as diversas funcionalidades disponíveis no site do ActivoBank7 de apoio à decisão e controlo dos investimento por parte dos clientes e de suporte à pesquisa das melhores soluções de investimento, de forma autónoma, cómoda e informaticamente amigável. Destacamos:

Informação de fundos — em conjunto com a Standard & Poor's disponibiliza-se toda a informação dos 468 fundos comercializados no ActivoBank7 com os indicadores de rendibilidade, risco, *performance* e constituição de portfólio, entre outros, com actualização dinâmica;

Assessor activo — envio a pedido do cliente da recomendação de investimento que melhor se adapta ao seu perfil de investidor e horizonte temporal pretendido, em função de das informações recolhidas *on-line*.

Comercialização de OICVM estrangeiros em Portugal

(Em percentagem)

Entidade	2002	
	Total	*On-line*
BNP Paribas (suc.)	35,6	–
Deutsche Bank	16,4	–
Barclays Bank (suc.)	13,7	–
ActivoBank7	11,9	47,1
Banco BEST	8,2	32,4
BBVA	4,2	–
BPI	3,1	–
BIG	2,7	10,8
Investimento directo	2,5	9,7
MSDW	1,6	–
Total	100,0	100,0

Fonte. — CMVM.

2.3 — **Aconselhamento e outros produtos de investimento**

Face à instabilidade que caracterizou o mercado de capitais ao longo de 2002, e para dar resposta às necessidades de investimento dos clientes com um perfil de risco mais conservador, procedemos ainda à comercialização de diversos produtos estruturados. Estes produtos averbaram um assinalável êxito, sendo de referir que o depósito duplo activo, nas suas diversa versões, levou ao lançamento de 15 emissões, integralmente colocadas.

Estas acções comerciais, estabelecidas em estratégias de *up-selling,* além da promoção do depósito duplo activo — que conjuga a alta rendibilidade, a elevada liquidez e o potencial de valorização a médio prazo, sempre com o capital garantido — integraram também a comercialização do depósito Activo Mais — que alia a segurança da aplicação a prazo com o investimento global em fundos de investimento e que se mantém como um produto importante no portfólio do ActivoBank7.

Em parceria com a UBS (Suíça), o ActivoBank7 lançou em Portugal o serviço inovador de gestão de activos — gestão activa — em que os clientes delegam a profissionais especializados a gestão dos seus investimentos em função do seu perfil de investidor. Com a gestão activa, os clientes têm acesso a um serviço apenas ao alcance dos grandes investidores, sediado numa das mais desenvolvidas praças financeiras e oriundo por um dos mais importantes bancos internacionais na área de *private banking*.

No que respeita ao crédito, a conjuntura económica e bolsista impuseram maiores níveis de controlo do risco e conduziu a uma redução da utilização do CrediBolsa — produto de alavancagem de investimentos em bolsa — o que se veio a traduzir numa redução de 25% do saldo total de crédito concedido.

3 — **Evolução da situação económica e financeira**

No primeiro ano completo de actividade, o ActivoBank7 desenvolveu a sua actividade no sentido de cumprir as metas definidas no seu lançamento e alcançar, a prazo, à dimensão e a notoriedade que subjazem o projecto. Recorde-se que, tendo presente a actividade desenvolvida, as condições dos mercados de capitais e a conjuntura económica apresentaram-se adversos a um maior crescimento e desenvolvimento do ActivoBank7. Neste sentido, a análise do exercício tem fundamentalmente relevância enquanto parte de um caminho previamente delineado que, no exercício agora findo, foi plenamente seguido.

No exercício de 2002, o ActivoBank7 apresentou um prejuízo de cerca de 3,2 milhões de euros, significativamente inferior ao valor que se havia projectado. Este facto não revela apenas o incremento das receitas, mas também o grande controlo de custos que imperou na gestão da empresa ao longo de todo o ano.

As grandes rubricas do balanço da empresa reflectem, assim, uma manutenção dos saldos mais relevantes, apesar do ligeiro decréscimo das posições que representam direitos e obrigações sobre clientes. Neste caso, é de salientar o enorme controlo do nível de risco dos créditos concedidos a clientes e, por outro lado, o efeito de conjuntura que fez reduzir as aplicações mais tradicionais. Importa referir ainda o acréscimo de recursos geridos, reflectidos em contas extrapatrimoniais, que mais que compensaram a redução nas aplicações a prazo.

Quanto aos resultados, apesar da pouca comparabilidade dos valores relativos aos dois últimos exercícios, dada a sua disparidade temporal, não podemos, no entanto, deixar de referir alguns indicadores de negócio que evidenciam já o caminho que se procura delinear para futuro:

O incremento em mais de 35% dos valores da margem financeira após provisão para riscos de crédito;

O crescimento em cerca de 150% dos valores de comissões por serviços prestados;

A redução para valores irrelevantes dos lucros e prejuízos em operações financeiras, tendo em conta que estas operações não integram o objectivo de negócio do ActivoBank7.

Os custos, designadamente os custos administrativos e com pessoal, apresentam um crescimento que reflecte a constituição da estrutura básica ao funcionamento em cruzeiro do ActivoBank7.

Relativamente ao ano agora findo, parece-nos importante referir ainda o aumento de capital no valor de 6 milhões de euros que continua a manifestar o empenho e interesse dos accionistas no desenvolvimento do ActivoBank7.

4 — **Proposta de aplicação dos resultados**

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os resultados negativos apurados no exercício de 2002, na importância de 3 189 835 euros, sejam transferidos directamente para resultados transitados.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Lista de accionistas com participação qualificada

BCP Investment, B. V., Entrada 501, 1096 EH Amsterdam, The Netherlands — 23 500 000 acções, com 100% do capital social.

Cargos dos elementos do conselho de administração e assembleia geral noutras empresas:

Conselho de administração:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves:

Presidente do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A.

Presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.

Presidente do conselho de administração do CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A.
Presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Presidente do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Presidente do conselho de administração do Interbanco, S. A.
Presidente do conselho de administração da Leasefactor, SGPS, S. A.
Presidente do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.
Gerente da BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da
Gerente da BPA Internacional — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Vice-presidente do conselho de administração da Eureko, BV (Holanda).
Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S. A. (Polónia).
Membro do Board of Directors da Association Achmea, N. V. (Holanda).
Membro do Board of Management da Seguros e Pensões Internacional, BV (Holanda).
Vice-presidente da direcção da Associação Portuguesa de Bancos, em representação do BCP.
Vogal do conselho de administração da EDP — Electricidade de Portugal, S. A.
Vogal do conselho de administração da Banca Intesa, SpA.
Vogal do conselho de administração do Banco Sabadell, S. A.
Vogal do conselho de administração da ONI — SGPS, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração da NovaBank, S. A.

Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães:

Vogal do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.
Vogal do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Vogal do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Gerente da BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP-Internacional II, Sociedade Unipessoal — SGPS, L.da
Gerente da BPA-Internacional — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Vogal do conselho de administração da Chemical — SGPS, S. A.
Vogal do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

António Manuel Pereira Caldas Castro Henriques:

Vogal do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A.
Vogal do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Vogal do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A.
Vogal do conselho de administração da Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP — Internacional, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da
Gerente da BPA-Internacional — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Vogal do conselho de administração da Chemical — SGPS, S. A.
Gerente da AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Vogal do conselho de administração da Eureko, BV (Holanda).
Membro da comissão executiva da Eureko, B. V.
Vogal do conselho de administração da Interamencan Hellenic Insurance, Co. (Grécia).
Presidente do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere — SGPS, S. A.
Vogal do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.
Vogal do conselho de administração da Friends First Holdings Limited (Irlanda).
Vogal do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Presidente do conselho de administração da Eureko Portugal, SGPS, S. A.

Alexandre Alberto Bastos Gomes:

Vogal do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A.
Vogal do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.
Gerente da BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP-Internacional, Sociedade Unipessoal — SGPS, L.da
Gerente da BPA-Internacional — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da VSC — Aluguer de Veículos sem Condutores, L.da
Vogal do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.
Vogal do conselho de administração da Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.
Vogal do conselho de administração do Interbanco, S. A.
Vogal do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Vogal do conselho de administração da ONI — SGPS, S. A.
Vogal do conselho de administração da Managerland, S. A.
Vogal da Fundação Banco Comercial Português
Vogal do conselho de administração do CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.
Vogal do conselho de administração da Leasefactor — SGPS, S. A.

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles:

Presidente da mesa da assembleia geral:

CIMPOR — Cimentos de Portugal, SGPS, S. A.
Banco de investimento Imobiliário, S. A.
BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.
Crédibanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.
Banco Expresso Atlântico, S. A.
Banco Activobank, S. A.
BCP-Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.
BCP-Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.
CISF Imobiliária – Companhia de Investimentos e Gestão de Imóveis, S. A.
Finansol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
Estoril-Sol — SGPS, S. A.
Estoril-Sol Imobiliária, S. A.
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, S. A.
DTH — Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, S. A.
Nutrinveste — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
Fábricas Triunfo, S. A.
Siderurgia Nacional — Empresa de Produtos Longos, S. A.
Atlansider — SGPS, S. A.
Central E — Informação e Comércio Electrónico, S. A.
Gestágora — Consultoria e Gestão, S. A.
Regra — Gabinete de Processamento Electrónico de Dados, S. A.
Sporting — SGPS, S. A.
Sporting — Sociedade Desportiva de Futebol, SAD
Sporting Comércio e Serviços, S. A.
Sporting COM, S. A.
Construz — Promoção Imobiliária, SGPS, S. A.
Sociedade de Promoção Imobiliária Quinta de Alvalade, S. A.
Sociedade de Promoção Imobiliária Quinta das Raposeiras, S. A.
SCP — Sociedade de Construções e Planeamento, S. A.
Sociedade de Promoção Imobiliária Lote Dourado, S. A.

Vice-presidente da mesa da assembleia geral:

Portugal Telecom — SGPS, S. A.

Administrador:

Rigoris — Serviços e Consultadoria, S. A.

Declaração

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, venho por este meio indicar os cargos sociais como revisor oficial de contas efectivo que desempenho noutras sociedades:

Clientes	Órgãos sociais
AF Internacional, SGPS, Soc. Unipessoal, L.da	Fiscal único
Banco ActivoBank (Portugal), S. A.	Fiscal único

Clientes	Órgãos sociais
BCP Capital — Soc. Capital de Risco, S. A.	Fiscal único
BCP Part. Financeiras, SGPS (ex-BCP Empresas)	Fiscal único
BCP Leasing, S. A.	Fiscal único
BII Internacional — SGPS, S. A.	Fiscal único
BPA International — SGPS, L.da	Fiscal único
Chemical — SGPS, S. A.	Fiscal único
Cisf Imobiliária — Compa de Invest. e Gestão de Imóveis, S. A.	Fiscal único
Cisf Veículos, L.da	Fiscal único
E Seguros — SGPS, S. A.	Fiscal único
Fomento — Soc. de Gestão, S. A.	Fiscal único
GRS — Prestação de Serviços, Participações e Gestão, S. A.	Fiscal único
Impergesto — Assistência e Serviços, S. A.	Fiscal único
Império Adeslas — Compa de Seguros de Saúde, S. A.	Fiscal único
Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	Fiscal único
Mello Locação, S. A. (IT CAR)	Fiscal único
Realimo — Estudos e Realizações Imobiliárias, S. A.	Fiscal único
Rendimo — Sociedade Imobiliária, S. A.	Vogal ROC
Servitrust — Trust and Management Services, S. A.	Fiscal único
Sottotour — Estudo e Promoção de Viagens, Turismo e Lazer, S. A.	Fiscal único
Tecnilease — Com. e Aluguer de Equipamentos, S. A.	Fiscal único
BBVA Fundos, S. A.	Vogal ROC
BBVA Gest — SGFM, S. A.	Vogal ROC
BBVA Leasing	Vogal ROC
BBVA Privanza (Portugal) — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.	Fiscal único
BBVA — SFAC, S. A.	Fiscal único
Deutsche Participações — SGPS, S. A.	Fiscal único
F&C — Gestão de Patrimónios, S. A.	Fiscal único
Imobiliária das Avenidas Novas, S. A.	Vogal ROC
Imobiliária Duque d'Ávila, S. A.	Vogal ROC
Imobiliária Fontes Picoas, S. A.	Vogal ROC
Imobiliária MetroGolf, S. A.	Fiscal único
Imocris — Sociedade Imobiliária, S. A.	Vogal ROC
Metrovacesa, S. A. — Sucursal em Portugal	Vogal ROC
Petroprimo — Serv. para a Indústria Petrolífera, S. A.	Fiscal único

Posição accionista e obrigacionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos em 31 de Dezembro de 2002	Número de títulos em 31 de Dezembro de 2001	Movimento em 2002			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos órgãos sociais:							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	3 902 000	3 507 000	–	–	–	–
	–	–	–	50 000	–	9-1-2002	4,15
	–	–	–	25 000	–	20-2-2002	3,72
	–	–	–	5 000	–	21-2-2002	3,70
	–	–	–	200 000	–	23-4-2002	3,96
	–	–	–	70 000	–	26-6-2002	3,50
	–	–	–	25 000	–	25-7-2002	2,98
	–	–	–	20 000	–	23-10-2002	1,79
	(1)	235 137	–	235 137	–	23-12-2002	5,00
	(*a*)	500	500	–	–	–	–
	(*b*)	200	200	–	–	–	–
	(*c*)	10	10	–	–	–	–
Alexandre Augusto M. G. de Magalhães	Acções BCP	1 150 063	845 063	–	–	–	–
	–		–	105 000	–	24-1-2002	4,21
	–		–	200 000	–	21-2-2002	3,70
	(1)	69 428	–	69 428	–	23-12-2002	5,00
António Manuel P. C. de Castro	Acções BCP	565 000	449 981	–	–	–	–
	–	–	–	12 000	–	9-1-2002	4,15
	–	–	–	4 000	–	24-1-2002	4,21
	–	–	–	5 000	–	25-1-2002	4,18
	–	–	–	5 000	–	8-2-202	3,92
	–	–	–	5 000	–	11-2-2002	3,91
	–	–	–	6 037	–	5-6-2002	3,66
	–	–	–	10 000	–	14-6-2002	3,52
	–	–	–	20 000	–	3-7-2002	3,36
	–	–	–	8 000	–	24-7-2002	2,93
	–	–	–	5 982	–	8-8-2002	2,71
	–	–	–	34 000	–	23-10-2002	1,79
	(1)	34 108	–	34 108	–	23-12-2002	5,00
	(*d*)	–	350	–	(2) 350	–	–
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	310 392	172 792	–	–	–	–
	–	–	–	53 600	–	20-2-2002	3,72
	–	–	–	34 000	–	24-7-2002	2,92
	–	–	–	50 000	–	25-7-2002	2,99
	(1)	18 751	–	18 751	–	23-12-2002	5,00
	(*e*)	–	2 493 989	–	2 493 900	31-1-2002	0,01
	–	–	–	–	(2) 89	9-2-2002	–
	(*f*)	–	3 491 585	–	(2) 3 491 585	23-3-2002	–
	(*h*)	–	300	–	(2) 300	5-9-2002	–
	(*i*)	2 000	2 000	–	–	–	–
	(*j*)	499	499	–	–	–	–
	(*k*)	499	499	–	–	–	–
	(*l*)	–	2 194	–	(2) 2 194	20-12-2002	–
	(*m*)	35	35	–	–	–	–
	(*n*)	75	75	–	–	–	–
José Guilherme Potier R. Pulido Valente	Acções BCP	53 637	93 637	–	40 000	13-8-2002	2,80
	(1)	3 237	–	3 237	–	23-12-2002	5,00

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos em 31 de Dezembro de 2002	Número de títulos em 31 de Dezembro de 2001	Movimento em 2002			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
José Guilherme Potier R. Pulido Valente	(*a*)	296	296	–	–	–	–
	(*e*)	–	498 798	–	498 700	31-1-2002	0,01
	–	–	–	–	(2) 98	9-2-2002	–
	(*f*)	–	498 798	–	498 700	1-3-2002	0,01
	–	–	–	–	(2) 98	23-3-2002	–
Cônjuge/filhos menores:							
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1 550 000	1 515 000	–	–	–	–
	–		–	35 000	–	30-1-2002	4,10
	(1)	93 571	–	93 571	–	23-12-2002	5,00
Júlia Maria Guedes Magalhães	Acções BCP	886	886	–	–	–	–
	(1)	53	–	53	–	23-12-2002	5,00
	(*q*)	–	798	–	(2) 798	1-9-2002	–
	(*r*)	600	600	–	–	–	–
	(*s*)	1 300	1 300	–	–	–	–
	(*t*)	330	330	–	–	–	–
	(*u*)	330	330	–	–	–	–
	(*v*)	460	–	460	–	2-9-2002	50,00
	(*w*)	240	–	240	–	29-11-2002	50,00
Maria do Rosário S. G. Castro Henriques	Acções BCP	141 895	115 280	–	–	–	–
	–	–	–	3 615	–	2-5-2002	3,75
	–	–	–	5 000	–	3-5-2002	3,76
	–	–	–	8 000	–	3-5-2002	3,77
	–	–	–	10 000	–	13-9-2002	2,58
	(1)	8 565	–	8 565	–	23-12-2002	5,00
	(*a*)	200	200	–	–	–	–
	(*b*)	400	400	–	–	–	–
	(*e*)	–	997 596	–	997 500	1-2-2002	0,01
	–		–	–	(2) 96	9-2-2002	–
	(*j*)	150	150	–	–	–	–
	(*k*)	150	150	–	–	–	–
	(*x*)	–	1 745 793	–	1 745 700	28-2-2002	0,01
	–	–	–		(2) 93	6-3-2002	–
	(*z*)	300	300	–	–	–	–
Catarina S. G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632	–	–	–	–
	(1)	38	–	38	–	23-12-2002	5,00
Pedro S. G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632	–	–	–	–
	(1)	38	–	38	–	23-12-2002	5,00
Rita S. G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632	–	–	–	–
	(1)	38	–	38	–	23-12-2002	5,00
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	987	987	–	–	–	–
	(*l*)	45	–	45	–	23-12-2002	5,00
	(*t*)	500	500	–	–	–	–
	(*u*)	500	500	–	–	–	–
Joana Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	5 212	5 212	–	–	–	–
	(1)	314	–	314	–	23-12-2002	5,00
Ana Cristina S. de Abreu C. B. Pulido Valente	Acções BCP	–	415	–	415	29-5-2002	3,72

(1) Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis — Capital BCP 2005.
(2) Vencimento das obrigações na maturidade.
(*a*) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04).
(*b*) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05).
(*c*) Obrigações BCP Finance Bank Convertíveis 4,75% (01/11).
(*d*) Obrigações BCPI Capital Garantido — Valor Telecom.
(*e*) Obrigações Cisf — Grandes Marcas Mundiais.
(*f*) Obrigações Cisf Capital Garantido — Energia Mundial.
(*g*) Obrigações BCP Finance Bank Grandes Marcas Mundiais II (02/06).
(*h*) Obrigações Atlântico — taxa fixa — 3,25%.
(*i*) Obrigações Caixa Cisf Investimento Real (99/06).
(*j*) Obrigações BCP/SFI EuroStoxx50 (00/04).
(*k*) Obrigações BCP/SFI Rendimento — 6% (00/04).
(*l*) Obrigações Caixa BCP/SFI Capital Garantido Telecom 2002.
(*m*) Obrigações BCPF France Telec/Daimler Chrysl (01/03).
(*n*) Obrigações BCP Finance Bank Rendimento Top (01/06).
(*o*) Obrigações BCP Finance Bank Altemative World (01/09).
(*p*) Obrigações BCPI Rendimento (Março/05).
(*q*) Obrigações Caixa BCPI Capitalização (Agosto/02).
(*r*) Obrigações BCPI Capital Garantido Economia Global 2005.
(*s*) Obrigações BCPI Investimento Rendimento Extra (Junho/04).
(*t*) Obrigações BCPI Alta Poupança — 7,25% (Julho/03).
(*u*) Obrigações BCPI Alta Poupança Variável (Julho/04).
(*v*) Obrigações Caixa BCPI Investimento Rendimento Certo (Setembro/04).
(*w*) Obrigações Caixa BCPI Investimento Rendimento Certo (Dezembro/04).
(*x*) Obrigações Caixa BCP Capital Garantido PSI20 (97/02).
(*z*) Obrigações BCPA taxa crescente (00/03).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 713 992	–	1 713 992	2 409 706
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	24 289 594	–	24 289 594	34 807 506
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	108 929 570	–	108 929 570	90 834 430
4 — Créditos sobre clientes	11 998 501	143	11 998 358	15 821 542
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	96 316	–	96 316	–
a) De emissores públicos	96 316	–	96 316	–
b) De outros emissores	–	–	–	–
(Dos quais: obrigações próprias)	–	–	–	–
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	–	–	–	–
7 — Participações	1 552 040	60 338	1 491 702	1 552 040
8 — Partes de capital em empresas coligadas	–	–	–	–
9 — Imobilizações incorpóreas	553 862	211 262	342 600	295 602
10 — Imobilizações corpóreas	736 122	75 839	660 283	508 686
(Dos quais: imóveis)	–	–	–	(457 684)
11 — Capital subscrito não realizado	–	–	–	–
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	–	–	–	–
13 — Outros activos	48 530	–	48 530	181 813
15 — Contas de regularização	2 241 990	–	2 241 990	10 304 500
16 — Prejuízo do exercício	3 189 835	–	3 189 835	1 399 977
Total do activo	155 350 352	347 582	155 002 770	158 115 802

PASSIVO

	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito	3 979 730	1 111 474
a) À vista	–	–
b) A prazo ou com pré-aviso	3 979 730	1 111 474
2 — Débitos para com clientes	122 179 499	135 162 830
a) Depósitos de poupança	13 877 277	13 278 194
b) Outros débitos	108 302 222	121 884 636
ba) À vista	10 418 342	15 164 562
bb) A prazo	97 883 880	106 720 074
3 — Débitos representados por títulos	–	–
a) Obrigações em circulação	–	–
b) Outros	–	–
4 — Outros passivos	1 011 381	1 627 291
5 — Contas de regularização	3 795 090	2 565 517
6 — Provisão para riscos e encargos	182 815	334 120
a) Provisões para pensões e encargos similares	–	–
b) Outras provisões	182 815	334 120
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	2 000 000	–
8 — Passivos subordinados	–	–
9 — Capital subscrito	23 500 000	17 500 000
10 — Prémios de emissão	785 607	785 607
11 — Reservas	196 723	257 061
12 — Reservas de reavaliação	396 992	396 992
13 — Resultados transitados	(3 025 067)	(1 625 090)
14 — Lucro do exercício	–	–
Total do passivo e capitais próprios	155 002 770	158 115 802

Rubricas extrapatrimoniais

	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	–	–
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	–	–
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	–	–
1.2 — Garantias e avales	–	–
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	–	–
1.4 — Outros	–	–
2 — Compromissos	–	–
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	–	–

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DÉBITO

(Em euros)

	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	3 761 782	15 790 931
2 — Comissões	119 972	123 871
3 — Prejuízos em operações financeiras	31 464	6 705 865
4 — Gastos gerais administrativos	6 105 920	3 233 773
a) Custos com o pessoal	2 438 745	1 309 516
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(1 821 415)	(593 145)
(— encargos sociais)	(616 832)	(498 986)
Dos quais:		
(— com pensões)	(355 554)	(58 633)
b) Outros gastos administrativos	3 667 175	1 924 257
5 — Amortizações do exercício	238 139	918 232
6 — Outros custos de exploração	452	31 474
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	2 000 367	1 139 055
8 — Provisões para imobilizações financeiras	–	–
10 — Resultado da actividade corrente	(4 391 253)	(1 934 311)
11 — Perdas extraordinárias	112 292	163 967
13 — Impostos sobre lucros	5 000	12 470
14 — Outros impostos	21 339	169 387
15 — Lucro do exercício	–	–
	12 396 727	28 289 025

CRÉDITO

	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	5 768 067	15 682 724
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(2 393)	(872 558)
2 — Rendimentos de títulos	8 500	66 839
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	–	59 968
b) Rendimento de participações	8 500	6 871
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	–	–
3 — Comissões	1 526 143	613 374
4 — Lucros em operações financeiras	33 810	6 091 110
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	390 728	2 845 731

	2002	2001
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	–	–
7 — Outros proveitos de exploração	139 595	709 112
8 — Resultado da actividade corrente	–	–
9 — Ganhos extraordinários	1 340 049	880 158
11 — Prejuízo do exercício	3 189 835	1 399 977
	12 396 727	28 289 025

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
B) Títulos — investimento					96 316
De rendimento fixo — de emissores públicos					96 316
De dívida pública portuguesa					96 316
A médio e a longo prazos					96 316
Obrigações do Tesouro — 5,25% — 14 de Outubro de 2005	4 820 000	0,01	0,01	1,05	49 050
Obrigações do Tesouro — 9,5% — 23 de Fevereiro de 2006	4 100 000	0,01	0,01	1,19	47 266
D) Imobilizações financeiras					1 552 040
Participações					1 544 540
Em outras empresas no País					1 544 540
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	5 000	1,00	74,86	–	374 298
Aviso n.º 4/2002 — regime transitório:					
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	25 680	1,00	45,57	–	1 170 242
Partes de capital em empresas coligadas					7 500
Em outras empresas no País					7 500
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE	7 500	1,00	1,00	–	7 500

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	1 713 992	2 409 706
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	24 289 594	34 807 506
Outros créditos sobre, instituições de crédito	4	108 929 570	90 834 430
Créditos sobre clientes	5	11 998 358	15 821 542
Obrigações, acções e outros títulos	6	96 316	–
Participações financeiras	7	1 491 702	1 552 040
Imobilizações incorpóreas	8	342 600	295 602
Imobilizações corpóreas	9	660 283	508 686
Outros activos	10	48 530	181 813
Contas de regularização	11	2 241 990	10 304 500
Total do activo		151 812 935	156 715 825
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
A prazo	12	3 979 730	1 111 474

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Débitos para com clientes:			
À vista		10 418 342	15 164 562
A prazo	13	111 761 157	119 998 268
Outros passivos	14	1 011 381	1 627 291
Contas de regularização	15	3 795 090	2 565 517
Provisão para outros riscos e encargos	16	2 182 815	334 120
Total do passivo		133 148 515	148 801 232
Situação líquida:			
Capital	17	23 500 000	17 500 000
Prémio de emissão		785 607	785 607
Reservas e resultados acumulados	18	(5 621 187)	(2 371 014)
Total da situação líquida		18 664 420	15 914 593
		151 812 935	156 715 825

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 26).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	19	5 768 067	15 682 724
Juros e custos equiparados	20	3 761 782	15 790 931
Margem financeira		2 006 285	(108 207)
Provisão para riscos de crédito	5 e 16	(151 162)	(1 701 240)
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		2 157 447	1 593 033
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		8 500	66 839
Comissões	21	1 526 143	613 374
Lucros em operações financeiras	22	33 810	6 091 110
Outros proveitos de exploração	23	1 479 644	1 589 270
		3 048 097	8 360 593
Outros custos:			
Comissões	21	119 972	123 871
Prejuízos em operações financeiras	22	31 464	6 705 865
Custos com pessoal	24	2 438 745	1 309 516
Outros gastos administrativos		3 667 175	1 924 257
Amortizações do exercício	8 e 9	238 139	918 232
Outras provisões	4, 6 e 10	1 760 801	(5 436)
Outros custos de exploração	25	134 083	364 828
		8 390 379	11 341 133
Lucro antes de impostos		(3 184 835)	(1 387 507)
Impostos sobre lucros	27	5 000	12 470
Lucro do exercício		(3 189 835)	(1 399 977)

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Margem financeira		2 006 285	(108 207)
Provisões para riscos de crédito	5 e 16	(151 162)	1 701 240
Margem financeira líquida		2 157 447	1 593 033

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Comissões líquidas	21	1 406 171	489 503
Outros resultados de exploração líquidos		117 804	562 315
Margem financeira líquida		3 681 422	2 644 851
Rendimento de títulos		8 500	66 839
Resultados de operações financeiras	22	2 346	(614 755)
Resultado operacional antes de custos de transformação		3 692 268	2 096 935
Custos com pessoal	24	2 438 745	1 309 516
Outros custos administrativos		3 667 175	1 924 257
Amortizações		238 139	918 232
Custos de transformação		6 344 059	4 152 005
Resultado operacional		(2 651 791)	(2 055 070)
Outras provisões		1 760 801	48 628
Outros resultados extraordinários		(1 227 757)	(716 191)
Resultado antes de impostos		(3 184 835)	(1 387 507)
Impostos sobre lucros	27	5 000	12 470
Resultado líquido		(3 189 835)	(1 399 977)
Resultado por acção		(0,136)	(0,080)

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Recebimento de juros e comissões	7 034 759	25 190 489
Pagamento de juros e comissões	(5 476 912)	(18 245 961)
Recuperação de capital e juros vencidos	–	191 270
Despesas com pessoal e fornecedores	(5 851 344)	4 087 659
Resultados em operações financeiras	2 346	(614 755)
Impostos sobre o rendimento recebidos/(pagos)	(119 259)	108 867
	(4 410 410)	10 717 569
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Aquisição/alienação de títulos	(96 316)	61 589 423
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	695 714	11 888 383
Crédito sobre instituições de crédito	(18 095 140)	413 444 253
Crédito sobre clientes	3 823 041	49 038 082
Rendimento de títulos	8 500	66 839
Participações e investimentos financeiros	1 277 560	49 145 427
Aquisições de imobilizado	(443 315)	(943 104)
Venda de imobilizado	18 100	(72 044)
Outras contas do activo	8 341 090	(2 526 660)
	(4 470 766)	581 630 599
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Débitos para com clientes	(12 985 527)	125 033 349
Débitos representados por títulos e passivos subordinados	–	(94 562 984)
Débitos para com instituições de crédito	2 868 256	(618 527 682)
Aumento de capital	6 000 000	–
Outras contas de passivo	2 480 535	(7 499 084)
	(1 636 736)	(595 556 401)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(10 517 912)	(3 208 233)
Caixa e seus equivalentes no início do período	34 807 506	157 327 601
Variação líquida em caixa e equivalentes resultante da cisão-fusão	–	(119 311 862)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 289 594	34 807 506

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas de reavaliação e legal	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2000	89 046 359	90 000 000	4 040 263	3 363 703	(8 357 607)
Destaque de património resultante do processo de cisão-fusão	(71 731 789)	(72 500 000)	(3 254 656)	(2 709 650)	6 732 517
Resultado do período	(1 399 977)	–	–	–	(1 399 977)
Saldos a 31 de Dezembro de 2001	15 914 593	17 500 000	785 607	654 053	(3 025 067)
Aumento de capital	6 000 000	6 000 000	–	–	–
Constituição de provisões para participações financeiras de acordo com o aviso n.º 4/2002	(60 338)	–	–	(60 338)	–
Resultado do período	(3 189 835)	–	–	–	(3 189 835)
Saldos a 31 de Dezembro de 2002	18 664 420	23 500 000	785 607	593 715	(6 214 902)

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação*. — O Banco ActivoBank (Portugal), S. A. (ActivoBank ou Banco), anteriormente designado por Banco Mello de Investimentos, S. A., foi constituído com a designação inicial de Sociedade Financeira Portuguesa — Banco de Investimento, S. A., em 27 de Setembro de 1969 com o estatuto jurídico de sociedade anónima, tendo sido transformado em empresa pública em 14 de Março de 1975, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75. De acordo com o Decreto-Lei n.º 282-A/90 publicado em 14 de Setembro, o Banco foi transformado em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo privatizado em sessão especial de Bolsa em 6 de Maio de 1991. Em 20 de Abril de 2001 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de investimento de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, operações nos mercados monetários, serviços especializados de consultoria e operações de crédito.

Em Janeiro de 2000, o BCP e o Grupo José de Mello estabeleceram um acordo de integração dos respectivos grupos financeiros. Na sequência do referido acordo o Banco passou a integrar o Grupo BCP, tendo sido iniciada uma fase de reestruturação e integração da sua actividade, no referido Grupo.

Durante o exercício de 2001 procedeu-se à cisão-fusão por destaque de parte do património do BancoActivoBank (Portugal), S. A., no BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., tendo a escritura pública sido realizada em 17 de Dezembro de 2001. O património destacado correspondia a activos e passivos associados à actividade da banca de investimento que eram originários do Banco Mello Investimentos, S. A.

As contas agora apresentadas reflectem o resultado das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras do ActivoBank foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras.

b) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

c) *Provisão específica para crédito concedido*. — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados e créditos objecto de acordos de reestruturação, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 7/2000, de 27 de Outubro.

d) *Provisão para riscos gerais de crédito*. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

e) *Provisão para risco-país*. — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do *Boletim de Normas e Instruções* do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

j) *Obrigações, acções e outros títulos*:

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para o Sistema Bancário as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, e correspondem exclusivamente a títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento de emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call-option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call-price* não seja inferior ao valor de reembolso na data de vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor que se encontrarem registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificados pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

g) *Participações financeiras*. — Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Banco não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos-valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001 e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Percentagem por ano
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25
	2005	15
	2006	10

As provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 relativas a participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

h) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos*. — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio indicativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliados com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — *forward rate agreement*):

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, *(marked to market),* sendo as diferenças de reavaliação reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de celebração e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos *(hedging)* não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos. Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida, ou reflectidos em custos se a opção não for a exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos *(hedging)* não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de

opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

i) *Imobilizações incorpóreas*:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto ou o processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
Haja uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

j) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Obras em imóveis arrendados	20
Máquinas e mobiliário	5 a 10
Viaturas	4
Outras imobilizações	4 a 10

k) *Pensões de reforma e sobrevivência*. — O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos Fundos de Pensões, num único fundo denominado de Fundo de Pensões do Grupo BCP Atlântico, nos termos do qual desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & e Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002, estes fundos foram integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT). A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do aviso n.° 12/2001 o financiamento mínimo das responsabilidades passa a ser em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício de 2000, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise foi em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.° 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, resultante dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.° 6/95, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e conforme os avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2000, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

l) *Fiscalidade*. — O Banco está sujeito ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Banco de Portugal	1 713 992	2 409 706

A rubrica de disponibilidades junto do Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósitos no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre ó montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no País	24 289 594	34 807 506

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Banco de Portugal	674 570	647 350
Aplicações sobre outras instituições de crédito no país	108 255 000	90 187 080
	108 929 570	90 834 430

A rubrica do Banco de Portugal refere-se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, subscritos pelo Banco na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Banco de Portugal.

A rubrica de aplicações sobre outras instituições de crédito no País refere-se integralmente a aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S. A.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações, é apresentada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Até três meses	65 465 000	76 250 000
De três meses a um ano	42 790 000	13 937 080
De um ano a cinco anos	674 570	647 350
	108 929 570	90 834 430

Os movimentos da provisão específica para risco-país são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	–	18 717
Provisão do exercício	–	(4 880)
Utilização de provisões	–	(13 837)
Saldo em 31 de Dezembro	–	–

As transferências de provisões em 2001 correspondem aos movimentos resultantes do processo de cisão-fusão conforme referido na nota n.º 1, alínea *a*).

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Crédito interno:		
Créditos a médio e longo prazos	2 830 611	3 541 472
Créditos em conta corrente	7 987 939	11 795 141
Outros créditos a curto prazo	31 866	22 001
Descobertos em depósitos à ordem	1 044 911	462 781
Outros créditos	88 898	–
	11 984 225	15 821 395
Crédito externo	–	147
	11 984 225	15 821 542
Crédito vencido — menos de 90 dias	14 276	–
Crédito vencido — mais de 90 dias	–	–
	14 276	–
	11 998 501	15 821 542
Provisão específica para riscos de crédito	(143)	–
	11 998 358	15 821 542

A análise desta rubrica excluindo crédito vencido pelo período remanescente das operações de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Até três meses	9 028 894	11 797 030
De três meses a um ano	554 427	531 734
De um ano a cinco anos	2 230 352	3 492 778
Mais de cinco anos	170 552	–
	11 984 225	15 821 542

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado:		
Saldo em 1 de Janeiro	–	5 969 297
Provisão do exercício	143	(364 578)
Utilização de provisões	–	(3 102 733)
Utilização de provisões	143	(2 501 986)
Saldo em 31 de Dezembro	143	–
Provisão específica para risco-país:		
Saldo em 1 de Janeiro	–	11 297
Provisão do exercício	–	(2 944)
Transferência de provisões	–	(8 353)
Saldo em 31 de Dezembro	–	–
	143	–

À data de 31 de Dezembro de 2001, as transferências de provisões correspondem aos movimentos resultantes do processo de cisão-fusão decorrido em 2001, conforme referido na nota n.º 1, alínea *a*).

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea *b*), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O valor da provisão cumpre com as exigências estabelecidas nas normas do Banco de Portugal, fixadas pelo aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 7/2000, de 27 de Outubro.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Obrigações de outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	96 316	–

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram os seguintes:

(Em euros)

	2002	2001
Mais-valias realizadas	–	137 205
Menos-valias realizadas	–	263 943
	–	(126 738)

Os movimentos nas provisões para títulos são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Provisão para títulos de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	–	868 108
Provisão do exercício	–	53 508
Utilização de provisões	–	(723 990)
Transferência de provisões	–	(197 626)
Saldo em 31 de Dezembro	–	–

(Em euros)

	2002	2001
Provisão para risco-país:		
Saldo em 1 de Janeiro	–	2 589
Provisão do exercício	–	–
Transferência de provisões	–	(2 589)
Saldo em 31 de Dezembro	–	–

À data de 31 de Dezembro de 2001, as transferências de provisões correspondem aos movimentos que resultam do processo de cisão-fusão decorrido em 2001, conforme referido na nota n.º 1, alínea *a*).

Os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2002, são os seguintes:

(Em euros)

	Valor contabilístico	Valor de mercado	Mais (menos)-valia
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:			
De emissores públicos	96 316	99 316	3 000

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	Percentagem de participação do Banco	2002	2001
Participações financeiras em associadas e outras:			
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	0,5	1 170 242	1 170 242
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A	0,3	374 298	374 298
Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE	3,0	7 500	7 500
		1 552 040	1 552 040
Provisão específica para participações financeiras		(60 338)	–
		1 491 702	1 552 040

Os movimentos da provisão para participações financeiras são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	–	3 531 545
Provisões constituídas ao abrigo do aviso n.º 4/2002	60 338	–
Utilizações de provisões	–	(3 531 545)
Saldo em 31 de Dezembro	60 338	–

Em conformidade com o disposto no aviso n.º 4/2002, do Banco de Portugal, de 11 de Junho, o Banco constituiu provisões para riscos inerentes às participações financeiras em carteira, no montante de 60 338 euros. Esta provisão foi constituída por contrapartida de reservas, conforme referido na nota n.º 1, alínea *g*).

As provisões para participações financeiras são analisadas como segue:

Participação	Valor contabilístico	Provisões	Valor de balanço	Valor de mercado	Mais/(menos)-valia (*a*)	Provisões de acordo aviso n.º 4/02
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	1 170 242	–	1 170 242	391 328	(778 914)	(60 338)
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	374 298	–	374 298	84 833	(289 465)	–
Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE	7 500	–	7 500	11 250	3 750	–
	1 552 040	–	1 552 040	487 411	(1 064 628)	(60 338)

(*a*) O valor de mercado considerado para efeitos do apuramento das mais ou menos-valias latentes decorre dos critérios definidos no n.º 4 do n.º 10 do aviso n.º 3/95 ou do ponto 1.1 do anexo ao aviso n.º 4/2002, de 11 de Junho.

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Despesas de investigação e desenvolvimento	82 683	82 683
Software	451 263	239 227
Outras imobilizações incorpóreas	19 916	19 916
	553 862	341 826
Amortizações acumuladas	(211 262)	(46 224)
	342 600	295 602

As amortizações de imobilizações incorpóreas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram de 165 038 euros (2001: 50 702 euros).

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas durante o ano de 2002 são analisados como segue:

(Em euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	82 683	–	–	82 683
Software	239 227	212 036	–	451 263
Outras imobilizações incorpóreas	19 916	–	–	19 916
	341 826	212 036	–	553 862
Amortizações acumuladas:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	11 483	27 558	–	39 041
Software	32 339	130 841	–	163 180
Outras imobilizações incorpóreas	2 402	6 639	–	9 041
	46 224	165 038	–	211 262

As aquisições de *software* efectuadas ao longo do ano dizem respeito a investimentos na plataforma informática do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Obras em imóveis arrendados	548 210	458 629
Equipamento:		
Mobiliário	54 794	53 302
Equipamento informático	133 117	–
Viaturas	1	–
	736 121	511 931
Amortizações acumuladas	(75 839)	(3 245)
	660 283	508 686

As amortizações das imobilizações corpóreas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram de 73 101 euros (2001: 867 530 euros).
Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2002 são analisados como segue:

(Em euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:				
Obras em imóveis arrendados	458 629	89 581	–	548 210
Mobiliário	53 302	1 492	–	54 794
Equipamento informático	–	133 117	–	133 117
Viaturas	–	7 089	(7 088)	1
	511 931	231 279	(7 088)	736 122
Amortizações acumuladas:				
Obras em imóveis arrendados	945	37 086	–	38 031
Mobiliário	2 300	6 809	–	9 109
Equipamento informático	–	28 698	–	28 698
Viaturas	–	508	(507)	1
	3 245	73 101	(507)	75 839

As aquisições do exercício em obras em imóveis arrendados, dizem respeito a custos com obras nos balcões denominados centros activos, na Rotunda do Marquês de Pombal, em Lisboa, e na Avenida dos Aliados, no Porto.

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Associadas	19 030	141 328
Impostos a recuperar	20 274	–
Devedores diversos	9 226	40 485
	48 530	181 813

Os movimentos da provisão para outros activos são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	–	1 523 019
Provisão do exercício	–	(54 064)
Utilização do exercício	–	(1 473 140)
Transferência de provisões	–	4 185
Saldo em 31 de Dezembro	–	–

Os movimentos da provisão para aplicações por recuperação de crédito ocorridos em 2002 são analisados como segue:

(Em euros)

	2002
Saldo em 1 de Janeiro	–
Provisão do exercício	(239 199)
Utilização de provisões	(2 577 034)
Transferência de provisões	2 816 233
Saldo em 31 de Dezembro	–

Em Janeiro de 2002 o Banco adquiriu pelo seu valor contabilístico um conjunto de imóveis ao BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. Estes imóveis foram alienados no decurso do exercício de 2002, tendo originado uma anulação de provisões no valor de 239 199 euros e uma utilização de provisões no montante de 2 577 034 euros.

A rubrica de utilização de provisões diz respeito à utilização de provisões na alienação dos imóveis da referida carteira.

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Juros e outros proveitos a receber	1 024 524	574 708
Despesas antecipadas	1 213 870	1 757 589
Outras contas de regularização	3 596	7 972 203
	2 241 990	10 304 500

Incluído na rubrica de juros e outros proveitos a receber está um montante de 902 091 euros (2001: 514 114 euros) relativo aos juros de aplicações junto do Banco Comercial Português e um montante de 71 367 euros relativo à periodificação de comissões de gestão a receber da AF Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A.

À data de 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de outras contas de regularização inclui um montante de 6 086 672 euros a receber do Banco Comercial Português, S. A., relativo à conta de *clearing* do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., com aquele Banco.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em euros)

	2002	2001
Recursos de muito curto prazo:		
De instituições de crédito no País — até três meses	3 979 730	1 111 474

13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Depósitos de outros residentes	97 883 880	106 720 074
Depósitos de poupança	13 877 277	13 278 194
	111 761 157	119 998 268

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objecto é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

14 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Credores:		
Fornecedores	572 043	1 316 713
Outros credores	218 890	74 432
Sector público administrativo	121 887	236 146
Contas diversas	98 561	–
	1 011 381	1 627 291

A rubrica de sector público administrativo inclui, à data de 31 de Dezembro de 2002, o montante de 2800 euros (2001: 12 470 euros) relativo à estimativa de IRC a pagar, conforme referido na nota n.º 27.

A rubrica de outros credores inclui, à data de 31 de Dezembro de 2002, o montante de 186 040 euros relativo à facturação da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE.

A rubrica de contas diversas inclui o montante de 86 622 euros relativo à diferença de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma, com referência a 31 de Dezembro de 2002, conforme referido na nota n.º 28.

Os movimentos da provisão para riscos bancários gerais são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	–	12 778
Provisão do exercício	2 000 000	–
Transferência de provisões	–	(12 778)
Saldo em 31 de Dezembro	2 000 000	–

As provisões constituídas em 2002 visam fazer face aos riscos da actividade bancária. As transferências de provisões em 2001 correspondem aos movimentos resultantes do processo de cisão-fusão, conforme referido na nota n.º 1, alínea *a*).

17 — Capital:

No âmbito do projecto de cisão-fusão mencionado na nota n.º 1, alínea *a*), o Banco procedeu a uma redução de capital de 90 000 000 de euros para 17 500 000 euros, mediante a extinção de 14 500 000 acções com o valor unitário de cinco euros cada. Ainda no âmbito da cisão-fusão foi efectuada a alteração do valor nominal das acções do Banco, passando o capital a estar representado por 17 500 000 acções de valor nominal de 1 euro.

À data de 31 de Julho de 2002 a BCP Investment B. V., adquiriu as 17 500 000 acções representativas de 100% do capital social do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

Durante o exercício de 2002 o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de 6 000 000 de euros, pela emissão de 6 milhões de novas acções com o valor nominal de 1 euro cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment, BV que, à data de 31 de Dezembro de 2002 detém a totalidade do capital.

Após esta operação, o capital do Banco passou a ser de 23 500 000 euros representado por 23 500 000 acções de 1 euro cada. O capital social encontra-se integralmente realizado.

18 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Reserva legal	257 061	257 061
Reservas de reavaliação	396 992	396 992
Outras reservas	(60 338)	–
Resultados transitados	(3 025 067)	(1 625 090)
Resultado do exercício	(3 189 835)	(1 399 977)
	(5 621 187)	(2 371 014)

A rubrica de outras reservas diz respeito à provisão para participações financeiras constituída por contrapartida de reservas no âmbito do aviso n.º 4/2002, tal como referido nas notas n.os 1, alínea *g*), e 7.

19 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Juros de depósitos e outras aplicações	4 763 459	13 884 402
Juros de crédito	1 002 215	925 764
Juros de títulos de investimento	2 393	872 558
	5 768 067	15 682 724

A rubrica de juros de depósitos e outras aplicações inclui um montante de 3 637 994 euros relativo a juros de aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S. A.

20 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Juros de recursos de instituições de crédito	375 896	255 375
Juros de depósitos	3 249 428	3 499 443
Juros de *swaps*	109 220	970 640
Juros de títulos emitidos	–	597 368
Outros juros	27 238	10 468 105
	3 761 782	15 790 931

21 — Resultados de comissões:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Proveitos de comissões:		
Por garantias prestadas	–	266 118
Por operações realizadas com títulos	669 203	189 082
Por serviços prestados	604 876	90 024
Por compromissos perante terceiros	–	7 461
Outras comissões	252 064	60 689
	1 526 143	613 374
Custos de comissões:		
Por operações realizadas com títulos	76 184	44 470
Por garantias recebidas	27 261	–
Por serviços prestados	15 282	36 421
Outras comissões	1 245	42 980
	119 972	123 871
Resultados líquidos de comissões	1 406 171	489 503

A rubrica de proveitos de comissões — por serviços prestados diz respeito às comissões recebidas pelo Banco no âmbito dos contratos de distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de activos financeiros. Esses contratos prevêem o pagamento das comissões de gestão, de subscrição e resgate, de acordo com as condições específicas acordadas com cada entidade, pelo que, à data de 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui um montante de 470 733 euros relativo a comissões de gestão e um montante de 33 679 euros relativo a comissões de resgate.

22 — Resultados em operações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Lucros em operações financeiras:		
Operações cambiais	33 810	4 669 679
Operações com títulos	–	137 205
Outras operações	–	1 284 226
	33 810	6 091 110
Prejuízos em operações financeiras:		
Operações cambiais	14 614	5 026 424
Operações com títulos	16 850	318 188
Outras operações	–	1 361 253
	31 464	6 705 865
Resultados líquidos de operações financeiras	2 346	(614 755)

23 — Outros proveitos de exploração:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Prestação de serviços	129 150	474 855
Recuperação de créditos	–	191 270
Reembolso de despesas	10 425	2 690
Outros proveitos	1 340 069	920 455
	1 479 644	1 589 270

A rubrica de outros proveitos inclui, à data de 31 de Dezembro de 2002, um montante de 1 277 560 euros relativo à distribuição antecipada de resultados efectuada pela Servibanca às empresas participantes ao abrigo dos n.os 2 e 3 do artigo 6.º do Código de IRC. A mesma rubrica incluía, à data de 31 de Dezembro de 2001, um montante de 195 386 euros, relativo a anulações da estimativa para contribuições autárquicas relativas aos anos de 1996 a 1999.

24 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Remunerações	1 821 415	593 145
Encargos sociais obrigatórios	614 351	382 597
Encargos sociais facultativos	2 481	116 389
Outros custos com pessoal	498	217 385
	2 438 745	1 309 516

O valor total de remunerações atribuídas pelo Banco aos órgãos de administração e fiscalização no exercício findo a 31 de Dezembro de 2002, incluído na rubrica de remunerações, foi de 289 831 euros.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios inclui um montante de 355 554 euros relativo aos custos com pensões de reforma.

O número médio de colaboradores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2002	2001
Direcção	8	6
Chefias	7	–
Técnicos	4	5
Administrativos e comerciais	34	10
	53	21

25 — Outros custos de exploração:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Impostos	21 339	169 387
Quotizações e donativos	452	31 474
Outros custos	112 292	163 967
	134 083	364 828

A rubrica de outros inclui um montante de 47 556 euros relativo a uma autoliquidação de IRC relativa ao exercício de 2000.

26 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais, podem ser analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Garantias e avales prestados	–	124 932
Garantias e avales recebidos	–	–
Compromissos perante terceiros	1 621 847	14 910 253
Compromissos assumidos por terceiros	27 448 511	18 653 017
Contratos de *swaps* de taxa de juro — vendas	79 910 000	47 167 079
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros	–	–
Opções	1 537 000	–
Responsabilidades por prestação de serviços	122 656 802	94 195 863
Serviços prestados por terceiros	90 786 074	105 814 163
Créditos abatidos ao activo	–	–
Outras contas extrapatrimoniais	2 121 487	264 363

27 — Impostos sobre lucros:

O Banco ActivoBank (Portugal), S. A., não constituiu estimativa para impostos sobre lucros do exercício, em resultado do reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores. A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue (em euros):

Carga fiscal imputada (dotações):

Exercício de 2000	–
Exercício de 2001	12 470
Exercício de 2002	5 000

Carga fiscal paga:

Exercício de 2000	16 041
Exercício de 2001	–
Exercício de 2002	2 200

Diferença:

Exercício de 2002	2 800

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais. A carga fiscal imputada no exercício de 2002 respeita a tributação autónoma.

28 — Pensões de reforma:

O Grupo BCP assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões gerido pela PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *k*), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2002, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em euros)

	2002
Responsabilidade por benefícios projectados:	
Reformados e pensionistas	–
Pessoal no activo	1 617 390
	1 617 390
Valor do Fundo	(1 530 768)
Responsabilidades não financiadas	86 622
Provisões constituídas e valores a pagar	–
Diferença de cobertura	86 622

O acréscimo das responsabilidades não financiadas em 2002 é analisado como segue:

(Em euros)

	Diferença de cobertura
Valores em 1 de Janeiro	–
Custo normal	337 528
Custo dos juros	155 248
Rendimento esperado dos activos	(168 505)
Ganhos e perdas actuariais	(86 909)
Contribuições para o Fundo	(176 034)
Pagamentos efectuados	33 807
Outros	(8 513)
Valores em 31 de Dezembro	86 622

No âmbito dos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02, do Banco de Portugal, o valor do corredor em 31 de Dezembro de 2002 é analisado como segue:

(Em euros)

	Diferenças actuariais	Valor do corredor
Valores em 1 de Janeiro	–	–
Ganhos e perdas actuariais do exercício	(86 909)	–
Pagamentos efectuados	(2 526)	–
Variação do corredor	86 910	(86 910)
Outros	8 513	–
Valores em 31 de Dezembro	5 988	(86 910)

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, o valor do corredor calculado de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02, ascende a 86 910 euros e encontra-se registado na conta flutuação de valores (v. nota n.º 15).

Os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor foram no montante de 5988 euros.

Em 2002, o Banco contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 355 554 euros cuja análise é apresentada como segue:

(Em euros)

	2002
Custo dos serviços correntes	337 528
Custo dos juros	155 248
Rendimento esperado dos activos	(168 505)
Amortizações de ganhos e perdas actuariais	31 283
Custo do período	355 554

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de

Portugal exigidos pelos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02. A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

	Fundo BCP	
	2002	2001
Taxa de crescimento salarial	3	3
Taxa de crescimento das pensões	2	2
Taxa de rendimento do Fundo	6	6
Taxa de desconto	6	6
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez e *turnover*	–	–

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

29 — Relato por segmentos:

De acordo com a natureza da actividade desenvolvida pelo Banco, esta é enquadrável num único segmento de negócio, banca comercial, sendo totalmente desenvolvida no mercado nacional.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre o valor dos activos apresentados no balanço e os valores de mercado.

6 — Não existem quaisquer participações financeiras superiores ou iguais a 20% detidas pelo Banco.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer obrigações ou outros títulos de rendimento fixo que se vençam no ano que se segue à data de encerramento do balanço.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer créditos sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e participações financeiras do Banco à data de 31 de Dezembro de 2002 é apresentado em conjunto com os mapas contabilísticos.

11 — O movimento e saldos das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.os 8 e 9, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem títulos com carácter subordinado.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição dos créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, por prazos residuais encontra-se nas notas n.os 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — O Banco ActivoBank (Portugal), S. A., não efectuou reavaliações de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer trespasses ou despesas de estabelecimento. As despesas de investigação e desenvolvimento encontram-se incluídas na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada na nota n.º 12 às demonstrações financeiras.

19 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer débitos representados por títulos.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas participadas.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de coligação.

22 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer passivos subordinados.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 26 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminadas na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

25 — Os movimentos das contas de provisões do Banco estão desenvolvidos nas notas n.os 4, 5, 6, 7, 10 e 16 às demonstrações financeiras.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer títulos de negociação.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.os 11 e 15 às demonstrações financeiras.

28 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer montantes não imputados a resultados respeitantes a títulos.

29 — As alterações na estrutura de capitais do Banco encontram-se analisadas na nota n.º 17 às demonstrações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2002 não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.os 10 e 14 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pelo Banco por conta de outrem.

33 — As operações a prazo não vencidas são apresentadas na nota 26 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco durante o exercício de 2002, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 24 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pelo Banco aos órgãos de administração e fiscalização no exercício findo a 31 de Dezembro de 2002 está referido na nota n.º 24 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — A decomposição dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue (em euros):

Activos	40 627
Passivos	40 627

38 — Os proveitos apresentados nas demonstração dos resultados dizem respeito exclusivamente ao mercado nacional.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	449	20 357
Diversos	3	11 117
Outros impostos	21 339	169 387
	21 791	200 861
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias em imobilizações	–	63 169
Perdas de exercícios anteriores	9 691	41 857
Outras perdas extraordinárias	102 601	58 941
	112 292	163 967
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	129 150	474 854
Rendimento de imóveis	–	30 028
Reembolso de despesas	10 425	2 690
Outros proveitos de exploração	20	201 540
	139 595	709 112
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias em imobilizações	11 520	–
Outros ganhos de exercícios anteriores	–	758 175
Outros ganhos extraordinários	1 328 529	121 983
	1 340 049	880 158

40 — À data de 31 de Dezembro de 2002 o Banco não detinha quaisquer passivos subordinados.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios é apresentada na nota n.º 27 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método integral, no Banco Comercial Português, S. A., com sede na Praça D. João I, 28, Porto.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração dos resultados.

45 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer operações de locação financeira na óptica de locatário.

46 — Não existem montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício de 2002.

49 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência estão apresentadas na nota n.º 28.

50 — As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras são apresentadas na nota n.º 7.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves,* presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques — Alexandre Alberto Bastos Gomes — José Guilherme Potier Pulido Valente*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 151 812 935 euros e um total de capital próprio de 18 664 420 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 189 835 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas e a demonstração dos fluxos de caixa.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho,* revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

De acordo com o disposto nos artigos 420.° e 421.° do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções de fiscal único do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, procedemos à fiscalização dos actos da administração do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da lei e dos estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do relatório de gestão e à verificação da correcção das contas da empresa em 31 de Dezembro de 2002, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados, as respectivas notas explicativas bem como a demonstração dos fluxos de caixa. Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1 — O relatório de gestão e as contas do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., relativos a 2002, e os livros de contabilidade satisfazem as disposições legais e estatutárias;

2 — Os actos da administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da lei e dos estatutos;

3 — As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados encontram-se devidamente evidenciados nas notas às demonstrações financeiras.

Ainda apreciámos o relatório sobre a fiscalização efectuada, elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas, e tomámos conhecimento da sua certificação legal das contas de 2002, à qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

a) O relatório de gestão e as contas do exercício de 2002 apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão;

c) A gestão do Banco em 2002 pelo conselho de administração.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do conselho de administração da sociedade.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — O Fiscal Único, Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho,* revisor oficial de contas.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

1 — O presente relatório é emitido nos termos do artigo 451.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 52.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., incluindo o exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos, nesta data, a respectiva certificação legal das contas, sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

1) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas do conselho de administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

2) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos;

3) Verificação da conformidade das contas que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, à demonstração dos resultados do ano então findo bem como as respectivas notas e a demonstração dos fluxos de caixa com as normas aplicáveis em Portugal;

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;

5) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados. Estes testes não revelaram deficiências no sistema de controlo interno;

6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Revisão analítica da rubrica de créditos sobre clientes;

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco;

Solicitação de confirmações directas é por escrito junto de bancos e clientes, dos saldos respectivos; análise das explicações subsequentemente prestadas pela empresa para diferenças detectadas; nos casos em que não foi obtida resposta, realização dos procedimentos alternativos considerados necessários;

Análise dos outros activos, outros passivos e contas de regularização do activo e passivo;

Análise de adequação e consistência das políticas de depreciação dos bens do imobilizado ao serviço do Banco, bem como das amortizações do imobilizado incorpóreo;

Análise dos encargos a pagar registados nas contas do passivo;

Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado a pagar com impostos sobre lucros;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere;

Solicitação ao advogado do Banco de informações sobre eventuais litígios quanto a cobranças em curso, acções judiciais pendentes e reclamações fiscais;

Análise da informação divulgada no anexo das contas.

4 — Apreciámos ainda a conformidade do relatório de gestão do conselho de administração com as contas examinadas e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.

6 — Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a atenção do conselho de administração.

7 — Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso do nosso trabalho, do conselho de administração, directores e pessoal do Banco.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho,* revisor oficial de contas.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm, ou não; distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — *KPMG — Auditores, S. A.*

Acta n.º 27 da assembleia geral

Aos 21 de Fevereiro de 2003, pelas 11 horas e 45 minutos, reuniu na sede da sociedade, na Rua Augusta, em Lisboa, a assembleia geral do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., pessoa colectiva n.° 500734305, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1818 e com o capital social de 23 500 000 euros.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, que foi secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues.

O presidente declarou que, conforme a lista de presenças que lhe foi presente e rubricou, se encontrava representado o accionista BCP Investment, B. V., titular da totalidade do capital social.

Encontravam-se ainda presentes alguns membros do conselho de administração, tendo os ausentes justificado a falta, bem como o fiscal único.

Pelo representante do accionista único foi declarado que pretendia constituir-se em assembleia geral universal para deliberar sobre a ordem de trabalhos. Em consequência, o presidente da mesa declarou a assembleia constituída, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Submetido à discussão o ponto 1.º da ordem de trabalhos e após ter verificado que todos os presentes conheciam os documentos de prestação de contas, o presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo os mesmos sido aprovados pelo representante do accionista único.

Submetido à apreciação o ponto 2.º da ordem de trabalhos e como ninguém desejasse usar da palavra, foi presente e aprovada pelo referido representante do accionista a proposta do conselho de administração de aplicação de resultados, do seguinte teor:

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os resultados negativos apurados no exercício de 2002, na importância 3 189 835 euros, sejam transferidos directamente para resultados transitados.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

Considerando:

A forma completa e esclarecedora como a actividade está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo;

A actuação do fiscal único, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer.

A circunstância de o ano de 2002 representar o primeiro exercício completo após as novas linhas de orientação estratégica definidas para o Banco ActivoBank;

O facto de, apesar das condições adversas conhecidas, o Banco ter respondido de forma pró-activa aos desafios do mercado e terminar o exercício com resultados com ultrapassam as exigências do *business plan*.

Proponho que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade no exercício referido, expressando um voto de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais e por cada um dos respectivos membros.

Esgotada a ordem de trabalhos o presidente, após ter agradecido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, dela tendo sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos presidente da mesa e secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Miguel António Monteiro Galvão Teles*, presidente — *Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues*, secretária. 2010532848

LISBOA — 2.ª SECÇÃO

FIDIS RETAIL — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 2589/911031; identificação de pessoa colectiva n.º 502673478; número e data da apresentação: 41/7 de Julho de 2005.

Anita Rute do Nascimento Pires d'Aversa, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2004. Mais certifica que o parecer da revisão se traduz numa opinião sem reservas e com ênfase.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção), 3 de Outubro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Anita Rute do Nascimento Pires d'Aversa.*

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Enquadramento económico

A conjuntura económica internacional embora tenha reflectido alguma recuperação ao longo do ano de 2004, revela-se contudo ainda pouco consistente, verificando-se que as economias dos principais países da UE apresentam ainda algumas fragilidades.

De acordo com os dados da Comissão Europeia a confiança dos consumidores em 2004 embora tenha registado níveis superiores aos de 2003, continua a situar-se abaixo dos níveis dos últimos 10 anos.

No que a Portugal diz respeito no ano de 2004 a actividade económica caracterizou-se por um crescimento verificado no 1.º semestre seguido de uma redução gradual ao longo da segunda metade do ano, verificando-se ainda assim uma evolução global positiva.

Do mesmo modo os indicadores disponíveis apontam também para um crescimento do consumo privado em 2004, após a acentuada quebra registada em 2003, no entanto também este indicador registou alguma regressão no seu crescimento nos últimos meses do ano.

No mesmo sentido evolui o indicador de confiança dos consumidores que apresentava níveis de crescimento desde o 2.º trimestre de 2003 e diminui no 4.º trimestre de 2004 em relação ao trimestre anterior.

A taxa de desemprego evolui negativamente ao longo do ano, registando-se no 4.º trimestre uma taxa de 7,1, sendo a taxa global do ano de 6,7 contra 6,3 do ano anterior.

No sector automóvel, após uma quebra nas vendas de veículos ligeiros de passageiros dei 1,4% em 2002 e 16,1% em 2003 verificou-se na globalidade do ano de 2004 um aumento de 4,1%.

A nível da inflação, a variação homóloga do índice de preços no consumidor no ano de 2004 atingiu os 2,4%, em comparação com os 3,3% verificados em 2003.

Evolução da sociedade

Perante a situação económica geral que se caracterizou por alguma incerteza e desconfiança, acrescida do facto de o Grupo Fiat estar a atravessar um período menos bom em termos de penetração no mercado, os resultados da sociedade reflectiram estes factores tendo o número de contratos activos decrescido cerca de 10%, em relação ao ano anterior.

Previsões e objectivos para 2005

2005 apresenta-se como um exercício onde poderá verificar-se uma recuperação de confiança mais consistente dos consumidores portugueses, mas para o qual se prevê também um aumento das taxas de juro a ocorrer ao longo do ano, o que poderá levar a alguma retracção